



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **Prêmios auferidos:** Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2012 R\$ 1.363,5 milhões, aumento de R\$ 294 milhões ou 27,4% em relação aos R\$ 1.069,5 milhões do ano anterior. **Investimentos:** A Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 2,8 milhões em 2012. Do total investido, R\$ 1,9 milhões foram destinados a rastreadores e R\$ 0,9 milhão destinados a sistemas de informática. **Despesas administrativas e com tributos:** As despesas administrativas totalizaram em 2012 R\$ 118,4 milhões, com aumento de R\$ 36,4 milhões ou 44,3% sobre o montante de R\$ 82,0 milhões em 2011. Essa variação deve-se principalmente aos gastos com localização e funcionamento e ao aumento de R\$ 2,7 milhões ou 9,2% com pessoal próprio em função do aumento de 7,0% por acordo coletivo, devido à expansão dos negócios. As despesas com tributos totalizaram em 2012 R\$ 26,0 milhões, com aumento de R\$ 0,6 milhão ou 2,3% sobre o montante de R\$ 25,4 milhões em 2011. **Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram em 2012 R\$ 131,6 milhões, com aumento de R\$ 2,0 milhões, ou 1,5% em relação aos R\$ 129,6 milhões em 2011 devido a: (i) as receitas com aplicações financeiras totalizaram em 2012 R\$ 74,7 milhões, com redução de R\$ 0,5 milhão, ou 0,5% em relação aos R\$ 75,2 milhões em 2011, que decorre da redução da taxa efetiva para 10,29% em 2012 em relação aos 46,59% em 2011, compensado pelo aumento de 10,2% nas aplicações financeiras médias para R\$ 725,9 milhões em 2012, em relação aos R\$ 636,7

milhões em 2011. As despesas financeiras totalizaram em 2012 R\$ 6,1 milhões, com redução de R\$ 1,2 milhões, ou 16,4% em relação aos R\$ 7,3 milhões em 2011. **Índice combinado:** O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e despesas com tributos, sobre prêmios ganhos), em 2012 foi de 104,2%, redução de 3,8 pontos percentuais em relação aos 108,1% do ano anterior. Esta variação decorre do aumento de 1,9 pontos percentuais no índice de despesas administrativas e com tributos, para 12,1% em 2012, em relação aos 10,2% do ano anterior e da redução de 5,2 pontos percentuais no índice de sinistralidade para 72,5% em 2012, em relação aos 77,7% do ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2012 foi de 93,6%, redução de 2,8 pontos percentuais em relação aos 96,5% do ano anterior. **Lucro líquido:** O lucro líquido totalizou em 2012 R\$ 72,9 milhões, comparado com os R\$ 59,8 milhões obtidos no ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 4,05 em 2012 comparado com R\$ 3,32 do ano anterior. **Distribuição de dividendos:** De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **Perspectivas:** O ano de 2012 foi marcado globalmente pelo baixo crescimento e elevado grau de incertezas na maior parte do ano. Mais recentemente, o risco de ruptura na área do Euro foi substancialmente reduzido, da mesma forma como uma desaceleração abrupta das economias dos EUA e da China. A perspectiva para 2013 é de um quadro menos instável com uma gradual e moderada aceleração do crescimento mundial. No cenário doméstico, o crescimento se mostrou menor que as expectativas.

O PIB deve ter encerrado 2012 com um crescimento próximo a 1,0%. A queda do investimento foi o principal fator de frustração do crescimento do ano passado. Para 2013 as perspectivas são melhores, com uma recuperação parcial do investimento e das exportações. A inflação ao consumidor (medida pelo IPCA) apresentou alta de 5,8% em 2012, devendo encerrar este ano em níveis não muito diferentes. Em outubro de 2012, o Banco Central interrompeu o ciclo de queda de juros. A taxa Selic encerrou o ano em 7,25%. O Banco Central tem sinalizado que podemos ter esta taxa por um período prolongado. Reiteramos a nossa orientação estratégica: (i) atenção da Companhia na subscrição, na gestão dos riscos e nas oportunidades; (ii) manter os esforços concentrados na modernização de processos operacionais e de gestão; (iii) fortalecimento do relacionamento com os corretores e (iv) permanente busca de inovações tecnológicas, que alteram a todo instante as formas de relacionamentos com clientes, corretores, investidores, governos e comunidade em geral. Portanto, a Companhia dará continuidade à busca de crescimento com lucratividade, mantendo subscrições conservadoras por meio de linhas de produtos lucrativas em áreas geográficas favoráveis, mantendo os investimentos e a qualificação dos processos de atendimentos a corretores e clientes e a gestão de custos administrativos. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2013.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas Explicativas		2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	Notas Explicativas		2012	2011
Circulante			1.431.697	1.134.873	Circulante			1.129.137	886.041
Disponível			12.632	6.515	Contas a pagar			113.355	84.267
Caixa e bancos	5		12.632	6.515	Obrigações a pagar	15.1		40.648	25.978
Equivalentes de caixa	5		67.108	182.011	Impostos e encargos sociais a recolher	15.2		27.666	21.854
Aplicações	6		806.484	506.425	Encargos trabalhistas	15.3		1.997	1.826
Créditos das operações com seguros e resseguros			356.693	273.836	Impostos e contribuições	15.4		41.069	32.739
Prêmios a receber	7		338.278	257.860	Outras contas a pagar			1.975	1.870
Operações com seguradoras			10	11	Débitos de operações com seguros e resseguros			71.545	68.378
Operações com resseguradoras			197	362	Prêmios a restituir			55	44
Outros créditos operacionais	7.2		18.208	15.603	Operações com seguradoras			205	205
Ativos de resseguro - provisões técnicas			1.802	1.438	Operações com resseguradoras			1.158	943
Títulos e créditos a receber			93.247	32.493	Corretores de seguros e resseguros	16		40.240	31.851
Títulos e créditos a receber	8.1		423	389	Outros débitos operacionais			29.887	35.335
Créditos tributários e previdenciários	8.2		32.375	31.736	Depósitos de terceiros	17		8.201	3.298
Outros créditos	8.4		449	368	Provisões técnicas - seguros	18		934.550	728.719
Outros valores e bens	9		35.205	36.186	Danos			932.071	724.339
Bens à venda			34.879	36.108	Pessoas			2.479	4.380
Outros valores			326	78	Provisões técnicas - previdência complementar	19		1.486	1.379
Despesas antecipadas			1.091	671	Planos bloqueados			1.486	1.379
Custos de aquisição diferidos	10		117.435	95.298	Não circulante			456.877	411.310
Seguros			117.435	95.298	Contas a pagar			9.212	8.474
Não circulante			154.317	162.478	Obrigações a pagar			1.735	1.418
Realizável a longo prazo			117.975	122.084	Tributos diferidos	15.6		7.417	6.996
Títulos e créditos a receber			117.838	122.029	Outras contas a pagar			60	60
Títulos e créditos a receber	8.1		209	209	Outros débitos a pagar			74.839	82.887
Créditos tributários e previdenciários	8.2		38.959	37.048	Provisões judiciais	20		74.839	82.887
Depósitos judiciais e fiscais	8.3		72.089	78.695	Patrimônio líquido			372.826	319.949
Outros créditos operacionais	8.4		6.581	6.077	Capital social			180.000	150.000
Despesas antecipadas			137	55	Reserva de capital			14.323	14.323
Investimentos			10.623	10.851	Reserva de reavaliação			3.742	3.835
Participações societárias	11		1.923	1.970	Reserva de lucros			174.761	151.791
Imóveis destinados à renda	12		8.700	8.881					
Imobilizado	13		25.279	28.986	Total do passivo e patrimônio líquido			1.586.014	1.297.351
Imóveis de uso próprio			14.981	15.758					
Bens móveis			9.677	12.455					
Outras imobilizações			621	773					
Intangível			440	557					
Outros intangíveis			440	557					
Total do ativo			1.586.014	1.297.351					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2010	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Lucros Total
					Legal	Estatutária		
		100.000	14.323	4.423	13.911	144.896	-	277.553
Aumento do capital com reservas de lucros e conforme Assembléia								
Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2011		50.000	-	-	-	(50.000)	-	-
Ajustes patrimoniais								
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(491)	-	-	(385)	(876)
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação		-	-	(97)	-	-	97	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	59.803	59.803
Destinações do lucro líquido do exercício								
Reserva legal		-	-	-	2.990	-	(2.990)	-
Dividendos - R\$ 0,03 por ação		-	-	-	-	-	(531)	(531)
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,89 por ação ordinária (R\$ 0,53 líquido de IR)		-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
Reserva estatutária		-	-	-	-	39.994	(39.994)	-
Em 31 de dezembro de 2011		150.000	14.323	3.835	16.901	134.890	-	319.949
Aumento do capital com reservas de lucros e conforme Assembléia								
Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2012	21a	30.000	-	-	-	(30.000)	-	-
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação	21b	-	-	(93)	-	-	93	-
Lucro líquido do exercício	21c	-	-	-	-	-	72.917	72.917
Reserva legal		-	-	-	3.646	-	(3.646)	-
Dividendos - R\$ 0,11 por ação		-	-	-	-	-	(2.040)	(2.040)
Juros sobre capital próprio - R\$ 1,00 por ação ordinária (R\$ 0,85 líquido de IR)		-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Reserva estatutária	21c	-	-	-	-	49.324	(49.324)	-
Em 31 de dezembro de 2012		180.000	14.323	3.742	20.547	154.214	-	372.826

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

Prêmios emitidos líquido	Notas Explicativas		2012	2011
Variáveis das provisões técnicas de prêmios	22		1.363.547	1.069.586
Prêmios ganhos	23		(177.816)	(14.939)
Receita com emissão de apólices			1.185.731	1.054.647
Sinistros ocorridos	24		82.336	97.119
Custo de aquisição	25		(860.511)	(820.267)
Outras receitas e despesas operacionais	26		(231.509)	(212.706)
Resultado com resseguro			(38.919)	(32.319)
Receita com resseguro			1.026	(2.042)
Despesas com resseguro			1.574	-
Despesas administrativas	27		(548)	(2.042)
Despesas com tributos	28		(118.419)	(82.007)
Resultado financeiro	29		(26.095)	(25.409)
Resultado patrimonial			125.483	122.380
Resultado operacional			2.690	2.751
Ganhos e perdas com ativos não correntes			121.813	102.147
Resultado antes dos impostos e participações			(36)	99
Imposto de renda	8		121.777	102.246
Contribuição social	8		(23.978)	(20.805)
Participação sobre o lucro			(13.967)	(12.143)
Lucro líquido do exercício			(10.915)	(9.495)
Quantidade de ações			72.917	59.803
Lucro líquido por ação - R\$			17.990.140	17.990.140
Lucro líquido do exercício			4.05	3.32
			72.917	59.803

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	72.917	59.803
Outros lucros abrangentes	-	-
Total dos lucros abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	72.917	59.803
Atribuível a acionistas da Companhia	72.917	59.803

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	1.437.300	1.247.224
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	112.339	104.185
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(1.103.042)	(1.024.291)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(165.948)	(128.752)
Pagamentos de despesas e obrigações	(47.356)	(57.722)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(246)	(206)
Outros pagamentos operacionais	(9.519)	(10.275)
Recebimentos de juros e dividendos	(52)	288
Constituição de depósitos judiciais	(4.835)	(1.100)
Pagamentos de participações nos resultados	(8.817)	(8.161)
Caixa gerado pelas operações	213.824	121.190
Impostos e contribuições pagos:		
Investimentos financeiros	(85.982)	(90.157)
Aplicações	(218.214)	70.003
Vendas e resgates	(643.733)	(300.957)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	425.519	370.960
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(2.652)	(6.275)
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	(2.652)	(6.275)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(5.304)	(12.550)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.762)	(16.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(15.762)	(16.000)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	(107.242)	78.878
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	188.526	109.648
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	81.284	188.526
Ativos livres no início do exercício	162.662	162.004
Ativos livres no final do exercício	218.280	162.662
Aumento das aplicações financeiras - recursos livres	55.618	658
Conciliação do lucro líquido do exercício com fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	72.917	59.803
Aumento dos itens que não afetam caixa	2.082	1.758
Depreciação e amortizações	2.474	2.554
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	(372)	(750)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	36	8
Resultado de equivalência patrimonial		



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

* continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Receitas	1.494.095	1.219.661
Receitas com operações de seguros	1.363.547	1.069.585
Outras	130.847	147.767
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	(299)	2.309
Variação das provisões técnicas	(177.816)	(14.939)
Operações de seguros (*)	(177.816)	(14.939)
Receita líquida operacional	1.316.279	1.204.722
Benefícios e sinistros	(858.937)	(822.302)
Sinistros (*)	(858.937)	(822.302)
Insumos adquiridos de terceiros	(400.151)	(344.982)
Materiais, energia e outros	(163.289)	(127.481)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(258.999)	(221.532)
Variação das despesas de comercialização diferidas	22.156	4.031
Valor adicionado bruto	57.191	37.438
Retenções		
Depreciação e amortização	(2.474)	(2.554)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	54.717	34.884
Valor adicionado recebido em transferência	131.693	129.735
Receitas financeiras	131.637	129.681
Resultado de equivalência patrimonial	56	54
Valor adicionado a distribuir	186.410	164.619
Distribuição do valor adicionado	186.410	164.619
Pessoal e encargos	38.682	34.990
Remuneração direta	17.841	16.460
Benefícios	19.412	17.207
FGTS	1.429	1.323
Impostos, taxas e contribuições	68.162	62.016
Federais	67.891	61.754
Estaduais	114	145
Municipais	157	117
Remuneração de capital de terceiros	6.649	7.810
Juros	6.154	7.301
Aluguéis	495	509
Remuneração de capitais próprios	72.917	59.803
Dividendos e juros capital próprio	20.041	16.531
Lucros retidos no exercício	52.876	43.272

(*) Os valores apresentados estão líquidos de resseguro.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Av. Rio Branco, 80, 16º ao 20º andares - Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro S.A., Companhia aberta.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1 Base de preparação

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, determinação do valor justo de ativos e passivos, provisão para redução ao valor recuperável de créditos ("impairment"), imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2013.

2.1.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela SUSEP segundo critérios estabelecidos pelos planos de contas instituídos pela Circular SUSEP nº 430/12, e de acordo também com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariarem as disposições contidas nesta circular.

Conforme orientações da SUSEP foram instituídas alterações na forma de contabilização e de apresentação das demonstrações financeiras das sociedades supervisionadas, através da Circular SUSEP 430/12. A Companhia reclassificou certos saldos de balanço para sua melhor apresentação. Dessa forma as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2011 foram ajustadas para fins de comparação nos seguintes itens:

	Publicado 31/12/2011	Reclas- sificação	Reapre- sentado 31/12/2011
Ativo			
Créditos das operações com seguros e resseguros			
Operações com resseguradoras	502	(140)	362
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.298	140	1.438
Títulos e créditos a receber			
Créditos tributários e previdenciários - Circulante	35.794	(4.058)	31.736
Créditos tributários e previdenciários - Não Circulante	32.990	4.058	37.048
Depósitos judiciais e fiscais	83.438	(4.743)	78.695
Outros créditos operacionais	1.334	4.743	6.077

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada serão apresentadas em 15 de março de 2013, conforme facultado pela Circular SUSEP nº 430/12. Contudo, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro foram apresentadas pela sua controladora Porto Seguro S.A., conforme CPC 36 - Demonstrações consolidadas.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado na data inicial de sua aquisição.

A Companhia classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os ativos desta categoria são, em geral, classificados como ativos circulantes.

Durante o período de divulgação a Companhia não detinha instrumentos derivativos e não identificou derivativos embuídos em seus contratos de seguros.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem prêmios a receber de seguros, recebíveis de resseguro e demais contas a receber. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, e são avaliados por "impairment" (recuperação) a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6(a)).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

2.5 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro (ativo) a curto prazo. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os valores a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de vigência do risco dos contratos. A Companhia verifica a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente e, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de "impairment", a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

As perdas por "impairment" são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores.

2.6 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros ("impairment")

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (prêmios a receber de segurados)

A Companhia avalia constantemente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou grupo de ativos) esteja deteriorado ou "impairment".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Base histórica de perdas e inadimplência.
- Quebra de contratos, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal.

Para avaliação de "impairment" de ativos financeiros classificados nesta categoria a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, a Companhia o inclui em um grupo de ativos com características de risco de crédito similares ("ratings" internos, tipos de contrato de seguro, entre outros) e os testa em uma base agrupada. Para o teste agrupado a Companhia utiliza a metodologia conhecida como "Roll Rate Model". Os ativos individualmente significativos que são avaliados por "impairment" em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de impairment agrupado.

Os estudos econômicos de perda realizados consideram emissões feitas em períodos anteriores e eliminam eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.7 Custo de aquisição diferido (DAC)

As comissões e os outros custos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices e são registrados na conta "Custos de aquisição diferidos".

2.8 Ativos intangíveis

(a) Marcas e Patentes

São contabilizados como ativos intangíveis os gastos relacionados a marcas e patentes, reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil definida.

(b) Softwares

Os softwares (licenças de programas de computador) e os sistemas de computadores adquiridos são reconhecidos e amortizados conforme sua vida útil. Os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com aquisição e implantação de softwares e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

2.9 Ativo imobilizado de uso próprio

Compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico.

O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos que não são depreciados) até a data das demonstrações financeiras. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis afim de que o

ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.10 Ativos não financeiros mantidos para a venda

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda como estoques de bens salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, líquido das despesas que são de responsabilidade do comprador, como despesas de leilão do bem.

Quando a Companhia elabora o Teste de Adequação dos Passivos - TAP de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa (vide nota explicativa nº 2.12.2).

2.11 Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguro e financeiro ou ambos. Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos.

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 - Contratos de Seguros.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para prestação de serviços, como serviços a residências, automóveis e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de reporte a Companhia não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

2.12 Passivos de contratos de seguros

2.12.1 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

A Companhia utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: (i) teste de adequação de passivos; (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, entre outras políticas aplicáveis.

A Companhia não aplicou os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda. Adicionalmente, a Companhia não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC, na avaliação de contratos de seguro.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada "pro rata" dia, para os seguros de danos e seguros de pessoas, exceto para os seguros de vida individual, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos - PPNNG-RVNE é calculada, para os seguros de danos e seguros de pessoas, exceto para os seguros de vida individual, de acordo com metodologia específica descrita em NTA e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (administrativa e judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, bruta dos ajustes de cosseguro. É constituída provisão adicional para sinistros a liquidar (IBNeR) com o objetivo de estimar os valores dos ajustes que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos respectivos processos de análise até sua liquidação. Essa provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais descritas em NTA com base no desenvolvimento histórico de sinistros, para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais descritas em NTA com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução CNSP nº 192/08, alterada pela Resolução CNSP nº 215/10.

(e) A Provisão de Oscilação de Riscos - POR é constituída com o objetivo de reduzir os impactos nas taxas de risco, em decorrência de sinistros atípicos e vultosos, nos seguros empresariais, residenciais e condominiais e nos seguros de transportes nacional e internacional. Essa provisão é calculada com base na metodologia prevista em NTA.

(f) A Provisão Complementar de Prêmios - PCP é constituída mensalmente com o objetivo de complementar a PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, em acordo com a legislação vigente. Sua estimativa é feita por ramo e tem como base de cálculo as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial. O valor da provisão será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída, para os seguros de ramos elementares e vida.

2.12.2 Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11 e disposto na Circular SUSEP nº 457/12, em cada data de balanço a Companhia elabora o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo). Para o teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades (ou características de risco similares). Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco.

Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.

Alguns contratos permitem que a Companhia adquira a titularidade sobre o ativo ou o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). A Companhia também tem o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Consequentemente, estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídas como um reductor na avaliação (estimativa do fluxo de pagamentos dos contratos de seguros) e, consequentemente, na execução do TAP.

Quando o ativo é recuperado em data subsequente à ocorrência do sinistro, a Companhia classifica o ativo na categoria de "bens à venda". Para os ramos de risco decorrido, a Companhia leva em consideração os prêmios ganhos observados, para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em

continua ->



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nenhum dos agrupamentos analisados, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

2.13 Demais passivos

Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.14 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina o plano de previdência complementar, administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência, que é classificado como um plano de contribuição definida, segundo os critérios do CPC 33. Adicionalmente, a Companhia também oferece benefícios pós-emprego de seguro-saúde, seguro de vida e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma determinada pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros, definidos segundo o CPC 33.

Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao FGTS, também foram calculados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

2.15 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos será requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não é reconhecida uma provisão.

As provisões são constituídas para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal".

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante e também são atualizados monetariamente.

2.16 Reconhecimento de receitas

2.16.1 Prêmio de seguro e resseguro

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.12.1(a)). O imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.16.2 Receita de juros e dividendos recebidos

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros, e continua reconhecendo juros sobre esses ativos financeiros como receita de juros no resultado do período.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.18 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos referidos inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do exercício os efeitos de imposto de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Os principais itens sujeitos a estimativas e julgamentos são:

(a) Avaliação de passivos de seguros

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos (como riscos especiais) e contratos de seguro com cobertura de vida (vide nota explicativa nº 4.1).

(b) Avaliação das provisões de processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras. Portanto, o processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas

contábeis leva em consideração assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre esses casos e informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(c) Cálculo de "impairment" de ativos financeiros

A Companhia aplica regras de análise de "impairment" para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de "impairment" para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment" sobre ativos financeiros.

(d) Cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, cotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4. GESTÃO DE RISCO

4.1 Gestão de risco de seguro e resseguro

Essa nota explicativa tem por objetivo apresentar como a Companhia lida com os diversos riscos originados dos contratos de seguros aceitos por ela através da emissão de apólices nos segmentos em que opera, além de descrever as incertezas inerentes à sua mensuração.

Para garantir o adequado entendimento da natureza e extensão dos riscos aos quais está exposta, a Companhia investe constantemente em treinamento e seleção de profissionais com formação e experiência apropriada às suas funções. Além do investimento em recursos humanos, a Companhia investe em processos e em recursos tecnológicos, equipamentos e softwares, para permitir que seus funcionários disponham de recursos adequados para a aplicação das boas práticas de mensuração de riscos.

Os elementos-chaves da política de gestão do risco de subscrição da Companhia são: (i) controle centralizado das regras de aceitação de riscos; (ii) acompanhamento permanente e independente da qualidade dos negócios aceitos; e (iii) manutenção de bancos de dados próprios que permitem a aplicação de técnicas modernas de mensuração de riscos bem como o dimensionamento das provisões técnicas, gerando resultados com elevados níveis de confiança e assertividade.

Pela sua natureza intrínseca, um contrato de seguro, pode gerar diversos riscos para a Companhia, além daqueles riscos assumidos perante os segurados, sendo o mais significativo deles o Risco de Subscrição.

O gerenciamento do risco de subscrição é a principal responsabilidade atribuída pela Administração da Companhia à Diretoria Técnica - DT. Essa área está estruturada em três departamentos - Atuária, Estatística e Gestão de Preços, com diretrizes objetivas e claras definidas de acordo com os diversos segmentos de negócio em que atua. As três áreas trabalham com elevado nível de sinergia na aplicação das boas práticas de gerenciamento do risco de subscrição, sempre com o objetivo principal de proteger os acionistas, os clientes e os funcionários da Companhia. As principais diretrizes de cada área são:

- **Atuária:** As provisões atuariais são estabelecidas de modo a estarem sempre suficientes e validadas por testes de consistência, zelando sempre pela solvência da Companhia. A área deve monitorar constantemente as normas atuariais dos órgãos reguladores para garantir o seu atendimento tempestivo.

- **Estatística:** Os modelos estatísticos são feitos buscando a maior precisão possível, respeitando a significância estatística e a estabilidade no tempo, de maneira a potencializar o uso de todas as informações disponíveis na Companhia e no mercado. A área continuamente investe em novas técnicas de modelagem e variáveis de risco.

- **Gestão de Preços:** Os preços balanciam o crescimento desejado com os resultados de curto e longo prazo, considerando o mix entre renovações e seguros novos. As decisões tomadas em relação aos preços são suportadas pela simulação de cenários e são monitoradas posteriormente para verificação de sua eficácia, alertando para os desvios e escalando sempre que necessário.

Além das três áreas citadas acima, a DT também é responsável pela área de resseguros cuja principal atribuição é planejar, avaliar e contratar as proteções de resseguro que melhor se adequam ao perfil de negócios da Companhia, de forma a atender aos seguintes objetivos: (i) evitar a exposição do seu patrimônio às perdas financeiras relevantes com a ocorrência de eventos vultosos; (ii) viabilizar a operação em determinados segmentos de negócio cujas importâncias seguradas dos riscos individuais superem os limites de retenção estabelecidos pela legislação, ou os limites adequados a sua tolerância ao risco.

Assim como as demais áreas da DT, a área de resseguros atua de forma independente em relação às áreas de negócios na medida em que tem autonomia para, definir os resseguradores mais adequados para compor os painéis dos contratos de resseguro e, verificar a adequação das práticas de negócio em relação aos limites de retenção estabelecidos por ela, escalando eventuais inadequações sempre que identificadas. Além disso, a área de resseguros atua de forma consultiva na Companhia mapeando as necessidades de resseguro e apresentando as melhores alternativas de estruturas de contratos que poderão dar o suporte necessário para viabilizar a operação em determinado segmento de negócio.

A gestão do risco de subscrição da Companhia considera a similaridade dos riscos transferidos pelos diversos contratos e ramos em que opera e a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com diversos riscos específicos. O principal segmento de concentração e gestão de riscos de seguros é o de automóveis.

O processo utilizado pela Companhia para determinação das premissas atuariais consiste, em primeira instância, na identificação do risco que se pretende segurar, do objeto segurável, do valor máximo em risco e da disponibilidade de dados necessários para fins de tarifação e subscrição.

Após a etapa descrita acima, a Administração determina as premissas atuariais relevantes ao risco que se pretende segurar e à origem e referência dos dados que serão utilizados para fins de tarifação e subscrição. As análises de sensibilidade para o risco de seguro bem como o teste de adequação dos passivos são efetuadas semestralmente (junho e dezembro) e atualizado monetariamente nos trimestres subsequentes, onde são utilizadas as seguintes premissas atuariais:

- Utilização como premissas de sinistralidade as expectativas de prêmio de risco calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Base de dados composta por informações referentes a um período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data-base de análise.
- Taxas de juros referência de SUSEP informadas pelo mercado para ativos e passivos. O indexador utilizado foi o IPCA, que é predominante nos contratos padronizados da Companhia.

- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente a taxa SELIC, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.

- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

A tabela a seguir demonstra os ativos de resseguro detidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contratadas. A categoria de risco (rating) foi atribuída pela agência de classificação de risco Fitch:

Classe Local	Dezembro de 2012		Dezembro de 2011	
	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro
A	1.999	1.800	1.999	1.800
Total de ativos de resseguros (*)	1.999	1.800	1.999	1.800

(*) O total de ativos de resseguro é apresentado líquido da redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.999 (R\$ 1.800 em 2011) e é composto pelas contas "Operações com resseguradoras" e "Ativos de resseguro - provisões técnicas".

4.1.1 Seguro de automóveis particulares e comerciais

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas que usam o veículo de forma particular e/ou comercial.

A Companhia, e as seguradoras em geral, dividem o risco de subscrição proveniente da operação de seguros de automóvel em dois tipos de riscos: a) Risco de Prêmios, gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento dos sinistros que ainda vão ocorrer naqueles compromissos já assumidos; b) Risco de Provisão, gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões técnicas para fazer frente ao dispêndio financeiro com pagamentos dos sinistros já ocorridos.

Risco de Prêmios

Para gerenciar o risco de prêmio em seguros de automóvel, a Companhia investe recursos substanciais em técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e para seguros novos. Para renovações, são utilizadas técnicas de otimização de resultados que permitem avaliar antecipadamente os resultados gerados a partir de diversos cenários que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados. As decisões são tomadas sempre considerando o melhor cenário que gera as melhores margens para o produto. Os resultados dessas decisões são formalizados, reportados para a Administração da Companhia e monitorados constantemente permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam reportados e corrigidos no menor espaço de tempo possível.

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de seguro nas principais localizações geográficas onde a Companhia opera:

Localidade	Exposição máxima ao risco de seguro		Exposição máxima ao risco de seguro	
	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
	Bruto de Líquido de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	Líquido de resseguro
São Paulo	17.254.041	17.254.041	16.052.376	16.052.376
Rio de Janeiro	4.636.635	4.636.635	3.991.364	3.991.364
Outras regiões	7.634.163	7.634.163	6.370.946	6.370.946
	29.524.839	29.524.839	26.414.686	26.414.686

Risco de Provisão

O processo de determinação das provisões técnicas está sujeito à incerteza quanto ao valor final para liquidação dos sinistros no futuro, porque eles poderão ser influenciados por índices de atualização, mudanças na legislação, sinistros de responsabilidade civil facultativa que possuem maior causa para desenvolvimento, especialmente quando sujeitos a decisões judiciais. Para que se tenha maior controle desse risco, a Companhia tem as seguintes regras: a) cálculo centralizado; b) revisão constante das metodologias e premissas; c) revisões internas e externas dos processos e metodologias.

O dimensionamento das provisões técnicas leva em consideração o histórico do desenvolvimento do valor dos sinistros desde a sua ocorrência até a sua liquidação definitiva, a utilização de metodologias atualizadas e reconhecidas pela comunidade atuarial e o entendimento dos processos e sistemas da Companhia, através do contato permanente com os departamentos operacionais de sinistros e subscrição. A principal ferramenta de monitoramento e teste de aderência das premissas e metodologias são os testes de consistência aplicados em diferentes datas base, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas. Os testes são atualizados mensalmente e, sempre que identificados desvios, eles são analisados e os ajustes necessários são imediatamente implementados.

Medidas para mitigação de risco

Nos seguros de automóveis a Companhia utiliza de algumas medidas que comprovadamente reduzem a frequência de sinistros, tais como dispositivo rastreador e localizador do veículo. Para seleção de quais os veículos receberão tais dispositivos, a Companhia monitora o histórico de ocorrência de roubos e furtos e estabelece critérios tais como modelos de veículos, valor elevado e regiões de circulação.

Testes de sensibilidade

Para visualização do impacto das principais premissas atuariais no resultado e patrimônio da Companhia são realizados testes de sensibilidade, cujos resultados são apresentados na tabela a seguir (líquidos de efeitos tributários):

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	Dezembro de 2012		Dezembro de 2011	
	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro
Premissas atuariais				
Aumento de 5% na frequência de sinistros	(56.234)	(56.227)	(11.780)	(11.744)
Aumento de 15% das despesas administrativas	(536)	(536)	(302)	(301)
Aumento de 15% das despesas com sinistros	(758)	(758)	(423)	(422)
Aumento de 10% do percentual de recuperação de salvados	7.725	7.724	2.923	2.913
Redução de 5% do percentual de recuperação de salvados e ressarcimentos	(3.862)	(3.862)	(1.581)	(1.575)

4.1.2 Seguros patrimoniais

A Companhia oferece seguros patrimoniais (exceto seguro de automóvel), que são divididos em:

- (i) Seguro Residencial - oferece proteção contra danos ao imóvel e seu conteúdo. A Companhia emite apólices para residências habituais e de veraneio. O critério de indenização baseia-se nos valores de reposição até o limite contratado na apólice. Em algumas coberturas aplica-se uma participação obrigatória do segurado (POS), ou seja, uma coparticipação nos prejuízos indenizáveis em caso de sinistro. As verbas das coberturas poderão ser atualizadas a pedido do segurado. Os prêmios são estabelecidos de acordo com a base de dados da Companhia, refletindo a experiência de subscrição e política de preços nos últimos 12 meses, inclusive para renovações. As principais exigências de subscrição são relativas ao estado de uso e conservação do imóvel. Poderá ser concedido desconto nos prêmios de acordo com o local segurado e experiência na Companhia.
- (ii) Seguro Empresarial - é destinado a empresas, profissionais autônomos e proprietários de imóveis não residenciais.

O público-alvo são comércio e serviços de pequeno e médio portes, garantindo proteção contra danos ao imóvel e seu conteúdo. O produto oferece, além da cobertura básica (incêndio, explosão, fumaça e queda de raio), a opção de contratação de coberturas acessórias, como danos elétricos, roubo e furto de bens,



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

despesas fixas, responsabilidade civil, entre outras. Os prêmios são estabelecidos de maneira personalizada de acordo com a base de dados da Companhia e conforme a atividade desenvolvida, por exemplo escritórios, lojas de varejo, restaurantes, farmácias, escolas, etc.

São concedidos descontos para apólices com vários locais, agrupamento de coberturas, estabelecimentos localizados em shopping e com alarmes monitorados instalados.

Devido a imaterialidade dos seguros patrimoniais, a exposição máxima do risco de seguros e os testes de sensibilidade líquidos dos efeitos tributários não foram calculadas.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A Companhia está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo ("Asset Liability Management" - ALM), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Companhia e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada aos requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e ao conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa da operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: (a) risco de liquidez, relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras; (b) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; (c) risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato

nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo essa política, a Companhia busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável em vez de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Companhia utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de "stress" como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

(a) Risco de liquidez

Para certos produtos, a duração dos ativos pode ser menor que a dos passivos e, nesse caso, o risco de liquidez é mitigado com a reaplicação dos recursos em títulos de duração mais longa no momento de recebimento dos cupons de juros e no vencimento desses ativos. Adicionalmente, recursos próprios poderão ser utilizados para o cumprimento das obrigações assumidas em eventuais necessidades. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Fluxo de caixa contratual e não descontado (*)					Saldo contábil
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	7 a 12 meses	Acima de 1 ano	
Caixa e equivalentes de caixa	12.632	67.108				79.740
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Prefixados - públicos					478.287	478.287
Pós-fixados - públicos		49.522		3.212	3.288	56.022
Pós-fixados - privados			17.913	2.116	126.252	146.281
Índices de inflação			4.036	4.007	142.716	150.759
Ações	275					275
Outros		93			899	992
Total de aplicações financeiras	275	49.615	21.949	9.335	751.442	832.616
- Empréstimos e recebíveis						
Prêmios a receber de segurados		103.712	122.513	10.713		236.938
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2012	12.907	220.435	144.462	20.048	751.442	1.149.294
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2011	7.813	310.804	199.286	22.484	440.751	981.138
Passivo de contratos de seguro		15	390.248	142.797	13.513	546.573
Débitos de operações de seguro e resseguro	15.853	7.066	15.928	1.393		40.240
Total de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2012	15.853	7.081	406.176	144.190	13.513	586.813
Total de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2011		10.964	361.004	112.751	9.548	494.087

(*) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos na tabela acima com base nos fluxos de caixa contratuais e os saldos foram projetados utilizando-se a curva de juros, taxas previstas do CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(b) Risco de mercado

Segue o quadro demonstrativo de sensibilidade dos instrumentos financeiros aos seus respectivos riscos de mercado em 31 de dezembro de 2012, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, nos termos da Instrução nº 475/08 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Para a análise de sensibilidade foram utilizados os seguintes cenários:

• Cenário I: aplicação do cenário provável de "stress" para cada fator de risco, dentre aqueles disponibilizados no "site" da BM&FBOVESPA.

• Cenário II: deterioração de 25% em cada variável de risco utilizada no cenário I.

• Cenário III: deterioração de 50% em cada variável de risco utilizada no cenário I.

Operação	Risco	Cenários de stress BM&F		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxa de juros prefixados em reais	(3.999)	(8.434)	(12.534)
Inflação	Taxa de cupons de índices de preços	(3.701)	(5.675)	(7.522)
Ações	Preços de ações	(721)	(901)	(1.081)
Pós-fixados	Taxa de juros pós-fixados em reais	(2.384)	(2.980)	(3.576)

As análises de sensibilidade aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras de risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e das respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Companhia.

(c) Risco de crédito

É o risco de perda de valor de ativos financeiros e de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Companhia. A Administração tem políticas para garantir que limites, ou determinadas exposições ao risco de crédito, não sejam excedidos. Isso acontece através do cumprimento da Política de Risco de Crédito para os ativos financeiros que compartilham riscos similares, levando em consideração tanto a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações, quanto seus fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no "rating" de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada conforme as políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não apresentam "rating" de crédito estabelecido por agências de crédito reconhecidas no mercado, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas pelo Comitê de Crédito, com restrições colocadas sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes que não apresentem "rating" de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e de resseguro detidos pela Companhia distribuídos por "rating" de crédito de acordo com classificação interna, elaborada em linha com os ratings fornecidos por agências classificadoras de "rating". Os ativos classificados na categoria sem "rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não apresentam risco de crédito individuais.

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida em certas situações em que a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira), caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e todas as políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro, bem como uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados, na qual é confirmado o perfil de risco desses segurados em agências de crédito para pessoas físicas e jurídicas, assim como o histórico de situações não usuais e pagamentos de prêmios de segura-

dos recorrentes na renovação de contratos. Mediante essa abordagem, a gestão de risco de liquidez considera como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento desses recursos em conjunto com a política de gestão de capital.

	Sem Rating/ outros		Saldo contábil
	AAA	AA	
Caixa e equivalentes de caixa	67.108	12.632	79.740
Total de aplicações financeiras	684.996	121.475	806.484
- Empréstimos e recebíveis			
Prêmios a receber de segurados		338.278	338.278
Recebíveis de resseguro (*)		1.802	1.802
Exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2012	752.104	121.475	352.712
Exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2011	83.885	604.551	285.673

(*) O Rating dos recebíveis de resseguro (sinistros a receber) estão apresentados juntamente com os demais ativos de resseguro (provisões técnicas) na nota 4.1.

4.3 Gestão de risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP. A estratégia e o modelo utilizado pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Companhia por meio da otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia.

Os principais objetivos da gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e pela SUSEP; (ii) apoiar ou melhorar o "rating" de crédito da Companhia pelo tempo e pela estratégia de gestão de risco; e (iii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

4.3.1 Capital adicional das sociedades seguradoras

A Companhia monitora permanentemente as disposições regulatórias a respeito dos capitais requeridos. As Resoluções CNSP nº 158/2006 (alterada pela circular SUSEP nº 411/2010) e 277/2010 dispõem sobre o capital mínimo requerido para funcionamento do mercado segurador e sobre as regras de capital adicional baseado nos riscos de subscrição e também sobre atuação do órgão regulador em relação à possível insuficiência de capital. O capital adicional baseado no risco de crédito foi instituído pela Resolução CNSP nº 228/2010. As parcelas do capital requerido são as seguintes:

• Capital Base: montante fixo de capital que uma sociedade seguradora deverá manter a qualquer tempo. O Capital Base para garantia das operações das seguradoras em todo país é de R\$ 15.000.

• Capital Adicional: montante variável de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à sua operação. Atualmente estão vigentes os capitais adicionais baseados no risco de subscrição e no risco de crédito.

• Capital Mínimo Requerido: montante de capital que uma seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir suas operações e que deve ser equivalente à soma do Capital Base com o Capital Adicional.

A SUSEP deverá aprovar e regulamentar nos próximos meses novas parcelas de capitais adicionais, com base nos riscos operacionais e de mercado. A Companhia está preparada para as novas exigências de capital.

O demonstrativo de patrimônio líquido ajustado da Companhia bem como as parcelas de capital e sua suficiência estão demonstrados na nota 21 (e).

4.4 Resumo do relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito.

Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. Em razão disto, a Administração promove sua revisão anu-

al, bem como de suas políticas, ou em periodicidade inferior se eventos extraordinários ou conjunturas adversas assim o exigirem.

O relatório completo descrevendo a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site da Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/investimentos), em "Relatório de Gerenciamento de Risco".

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Caixa e depósitos bancários	12.632	6.515
Equivalente de Caixa (*)	67.108	182.011
	79.740	188.526

(*) Equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, composto por LFT, NTN e LTN compromissadas.

6. APLICAÇÕES

As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Companhia estão expostos e são demonstrados na nota 4.2. As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia estão demonstradas a seguir:

6.1 Estimativa de valor justo

Dadas as características de curto prazo (vide nota 4.2 (a)) e as constantes avaliações de recuperabilidade que a Administração efetua, estima-se que os saldos das contas a receber de clientes (e das contas a pagar aos fornecedores) pelo valor contábil, menos a perda ("impairment"), estejam próximos de seus valores justos. A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto;

• Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a sociedade utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo:

6.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Dezembro de 2012		Dezembro de 2011			
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Quotas de fundos de investimentos	57.912		57.912	55.598		55.598
Fundos retidos - IRB	107		107	129		129
	58.019		58.019	55.727		55.727

Fundos exclusivos

Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.457		6.457	29.824		29.824
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	478.287		478.287	229.045		229.045
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	140.643		140.643	94.151		94.151
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C	1.726		1.726	5.247		5.247
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série F				8.207		8.207
Debêntures		38.944	38.944		29.458	29.458
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)		12	12		19	19
Depósitos a prazo com Garantia Especial (DPGE)		4.214	4.214		1.541	1.541
Letras Financeiras - privadas		3.076	3.076		1.762	1.762
Ações de companhias abertas	275		275	339		339
Total	627.388	46.246	673.634	366.813	32.780	399.593

Carteira própria

Certificados de Depósitos Bancários (CDB)		15.448	15.448		51.105	51.105
Depósitos a prazo com Garantia Especial (DPGE)		4.177	4.177			
Letras Financeiras - privadas		55.206	55.206			
		74.831	74.831		51.105	51.105
Total	685.407	121.077	806.484	422.540	83.885	506.425

O valor de mercado dos títulos públicos foi baseado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços.

As cotas de fundos de investimentos foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços. Os títulos privados compostos por letras financeiras, CDBs e DPGEs, são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos contidos nas carteiras.

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo (como instrumentos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado em preços cotados em mercado na data de balanço. O preço cotado usado para ativos financeiros mantido pela Companhia é o preço de negociação atual. Estes instrumentos são incluídos no Nível 1.

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado aplicando técnicas de valorização. A Companhia aplica uma variedade de metodologias e premissas com base em condições de mercado vigentes na data de balanço.

A Companhia usa preços de mercado cotados para instrumentos similares a fim de estimar o valor justo para dívida de longo prazo para fins de divulgação. Outras técnicas, como fluxos de caixa estimados descontados, são aplicadas para determinar o valor justo de instrumentos financeiros remanescentes. A totalidade das aplicações financeiras detidas pela Companhia é mensurada ao valor justo por meio do resultado.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras (*)

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Saldo inicial	688.436	610.993
Aplicações	456.051	533.421
Resgates	(345.603)	(531.252)
Rendimentos	74.708	75.274
Saldo final	873.592	688.436

(*) A movimentação das aplicações financeiras incluídos os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

continua *


Azul
SEGUROS

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS**7.1 Prêmios a receber**

	Dezembro de 2012			Dezembro de 2011			Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido		
Automóveis	237.878	(205)	237.673	176.079	-	176.079	11.409	11.954
Resp. Civil facultativa - RCF	76.352	-	76.352	60.099	-	60.099	9.572	9.361
Assist. e outras coberturas - Auto	20.666	-	20.666	18.486	-	18.486	6.833	7.496
Compreensivo empresarial	151	-	151	189	-	189	7.854	7.498
Compreensivo residencial	414	-	414	475	-	475	4.884	5.428
Vida em grupo	162	(134)	28	164	(164)	-	<u>40.552</u>	<u>41.737</u>
Resp. C. trans. rodov. carga	-	-	-	164	(164)	-	(5.673)	(5.629)
Resp. Civil desvio de carga	-	-	-	15	(15)	-	<u>34.879</u>	<u>36.108</u>
Demais ramos	3.027	(33)	2.994	2.939	(407)	2.532		
	<u>338.650</u>	<u>(372)</u>	<u>338.278</u>	<u>258.610</u>	<u>(750)</u>	<u>257.860</u>		

Os bens a venda - salvados da Companhia são compostos, principalmente, dos ramos de automóveis.

10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

Os custos de aquisição diferidos referem-se à despesa de comercialização a diferir e apresentam a seguinte composição:

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Automóvel	116.767	94.581
Patrimonial	657	706
Outros	11	11
	<u>117.435</u>	<u>95.298</u>

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses. O DAC é considerado no teste de adequação dos passivos de seguros segundo o CPC 11. (Vide política contábil 2.13.2).

10.1 Movimentação

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Saldo inicial	95.298	91.291
Adições	113.535	208.906
Baixas	(91.398)	(204.899)
Saldo final	<u>117.435</u>	<u>95.298</u>

11. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Franco		Outros	
	Corretagem	IRB-Brasil invest- de Seguros Resseguros	mentos	Total
Histórico				
Percentual de participação	99,99	-	-	-
Participação no patrimônio líquido	746	-	-	746
Lucro líquido do exercício da controlada em 31 de dezembro de 2011	2	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2011	744	1.001	225	1.970
Resultado da equivalência patrimonial	56	-	-	56
Dividendos recebidos	(147)	-	-	(147)
Outros	26	-	-	18
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>679</u>	<u>1.001</u>	<u>243</u>	<u>1.923</u>

12. PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

A Companhia detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos classificados como contratos de leasing operacional, segundo o CPC 06. A Companhia utiliza o modelo de custo depreciado ("cost model", segundo o CPC 28) para avaliar esses ativos. As tabelas apresentadas a seguir demonstram a movimentação do valor contábil desses ativos e de outras informações financeiras relevantes para os ativos imobiliários de investimento:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	8.881	9.010
Depreciação	(181)	(129)
Propriedades imobiliárias de investimento no final do exercício	<u>8.700</u>	<u>8.881</u>
Custo	9.785	(9.785)
Depreciação acumulada	(1.085)	(904)
Receitas de aluguel - propriedades imobiliárias de investimento	2.961	2.822
Outras receitas de aluguel	26	25
	<u>2.987</u>	<u>2.847</u>
Despesas operacionais (*)	<u>353</u>	<u>151</u>

(*) Despesas operacionais diretas, reparos e manutenção dos ativos durante o período para ativos que geraram receita de aluguel.

Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, utilizando-se uma taxa anual de depreciação ponderada de 2,64%. A maioria dos contratos de aluguel tem opção de renovação por quatro anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

Os ativos imobiliários de investimento foram reavaliados por reavaliadores externos independentes e qualificados em 15 de janeiro de 2007. As reavaliações foram feitas com base em preços dos ativos em um mercado ativo para todos os imóveis. Quando os preços de mercado não estavam disponíveis, os reavaliadores independentes utilizaram projeções de fluxos de caixa descontados. O valor de reavaliação foi utilizado como custo atribuído para a adoção do CPC, conforme isenção opcional permitida pelo CPC 43.

A tabela a seguir apresenta o total dos recebimentos mínimos de aluguéis futuros para esses contratos:

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Em até um ano	2.739	2.910
Entre um a cinco anos	4.661	7.752
	<u>7.400</u>	<u>10.662</u>

7.1.1 Composição quanto ao prazo de vencimento

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
A vencer	321.236	247.557
Vencidos de 1 a 30 dias	16.693	9.881
Vencidos 31 a 60 dias	154	155
Vencidos 61 a 120 dias	118	154
Acima de 365 dias	449	863
	<u>338.650</u>	<u>258.610</u>
Redução ao valor recuperável	(372)	(750)
	<u>338.278</u>	<u>257.860</u>

Do número total de apólices emitidas em 2012, 76% foram parceladas em até 4 meses (74% em 2011).

7.1.2 Movimentação

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Saldo inicial	258.610	269.669
Emissões	1.627.445	1.337.000
Recebimentos	(1.483.840)	(1.284.927)
Cancelamentos	(63.565)	(63.132)
Saldo final	<u>338.650</u>	<u>258.610</u>

7.1.3 Redução ao valor recuperável

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Saldo inicial	750	814
Provisões constituídas	221	62
Reversão	(599)	(126)
Saldo final	<u>372</u>	<u>750</u>

As perdas para redução ao valor recuperável foram registradas na conta "outras despesas operacionais" no resultado do exercício. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa da Administração para recuperação dos prêmios a receber.

7.2 Outros créditos operacionais

São representados, principalmente, por valores a receber de segurados pela contratação de serviços complementares de assistência, garantindo a substituição ou reparação de vidros, faróis e lanternas e retrovisores.

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**8.1 Títulos e créditos a receber**

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Circulante		
Aluguéis a receber	319	330
Direito resultante na venda de imóveis	30	30
Outros	104	29
Redução ao valor recuperável	(30)	-
	<u>423</u>	<u>389</u>
Não circulante		
Créditos a receber	2.702	2.678
Redução ao valor recuperável	(2.493)	(2.469)
	<u>209</u>	<u>209</u>

8.2 Créditos tributários e previdenciários

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Circulante		
Antecipação Imposto de renda e contribuição social	32.363	31.736
Outros	12	-
	<u>32.375</u>	<u>31.736</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	27.316	26.675
Outros	11.643	10.373
	<u>38.959</u>	<u>37.048</u>

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Diferenças temporárias (*)		
Provisão para obrigações legais - COFINS	2.136	2.136
Provisão para obrigações legais - PIS	1.582	1.582
Provisão para obrigações legais - INSS	6.316	6.451
Provisão para processos judiciais cíveis	6.475	6.357
Outras (**)	10.807	10.149
	<u>27.316</u>	<u>26.675</u>

(*) Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor. A Administração, utilizando estudos técnicos baseados em suas projeções futuras de resultados tributários e em outros fatores, estima as seguintes capacidades de realização:

(i) Em até cinco anos, se ocorrer o desfecho de todas as ações e demais itens relacionados às diferenças temporárias, conforme as seguintes premissas:

(a) Provisão para obrigações legais: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões tributárias, cuja estimativa de realização depende do desfecho da ação;

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme a Lei nº 9.430/96, depois de esgotados os recursos legais de cobrança. Possíveis recuperações ou redução da perda implicam redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável;

(c) Provisão para processos judiciais: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões trabalhistas e cíveis, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

(**) Referem-se, principalmente, às provisões constituídas para processos trabalhistas e participação nos lucros a pagar.

A Companhia não possui ativos contingentes reconhecidos.

8.2.1 Movimentação - não circulante

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Saldo inicial	68.784	86.109
Constituições	38.697	33.341
Reversões	(36.147)	(50.666)
Saldo final	<u>71.334</u>	<u>68.784</u>

8.2.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social após participações	110.862	92.751
Alíquota vigente	40%	40%
Encargos (Imposto de renda e Contribuição social) a taxa nominal	(44.344)	(37.100)
Acréscimos aos encargos de imposto de renda e Contribuição social decorrentes de:		
(Inclusões)/Exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	23	22
Juros sobre o capital próprio	7.200	6.400
Incentivos fiscais	690	733
Dividendos recebidos	342	294
Outros	(1.856)	(3.297)
Despesa com imposto de renda e Contribuição social - corrente	(37.945)	(32.948)
Receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social diferida	(783)	30
Total de imposto de renda e contribuição social	(38.728)	(32.918)
Taxa efetiva	34%	36%

8.3 Depósitos judiciais e fiscais

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
INSS - autônomos	28.705	29.280
COFINS	11.269	11.203
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (*)	3.287	11.672
Programa de Integração Social - PIS	5.889	5.837
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.726	1.956
Outros depósitos fiscais	13.143	13.205
Trabalhistas	<u>3.894</u>	<u>4.898</u>
	71.913	78.051
Sinistros	176	644
	<u>72.089</u>	<u>78.695</u>

(*) Em outubro de 2012, a Companhia contabilizou a reversão em renda da união dos depósitos judiciais no montante de R\$8.471, referente ao processo CSLL majoração da alíquota de 9% para 15%, por adesão ao programa de parcelamento de débito.

8.4 Outros créditos

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Circulante		
Adiantamentos a funcionários	449	364
Adiantamentos administrativos	-	4
	<u>449</u>	<u>368</u>
Não circulante		
CRMS - Consórcio para regularização do mercado segurador	1.687	1.685
Bloqueios judiciais(*)	5.158	4.743
Provisão para riscos de créditos	(264)	(351)
	<u>6.581</u>	<u>6.077</u>

(*) São representados, por valores oferecidos em garantia à processos judiciais cuja decisão ainda não transitou em julgado e também valores bloqueados em nossa conta corrente por conta de não ter havido o cumprimento espontâneo da obrigação de pagar o valor condenatório. Este último ocorre nos processos envolvendo Seguro DPVAT, pois esses são controlados pela Seguradora Líder, porém a legislação pátria permite que a vítima proponha ação contra qualquer Seguradora.

9. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Bens a venda - salvados (9.1)	34.879	36.108
Outros valores - almoxarifado	326	78
	<u>35.205</u>	<u>36.186</u>

9.1 Bens a venda - salvados

Composição quanto aos prazos de permanência (líquido de provisão para redução ao valor recuperável):

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Saldo residual em Dezembro de 2011	1.657	-
Aquisições	14.101	-
Baixas	(469)	-
Depreciação	(309)	-
Outros/transferência	(7)	(1.125)
Custo	819	(351)
Depreciação acumulada	85	(310)
Valor líquido	2.596	(18)
Veículos	79	-
Rastreadores	6.149	(3.801)
Bens móveis de uso	12.455	(5.605)
Outras imobilizações	773	(143)
Outras imobilizações	773	(9)
	<u>28.986</u>	<u>(6.057)</u>

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

O ativo imobilizado com vida útil definida são alocados às respectivas UGCs e avaliados quanto à evidência objetiva de perda a cada fechamento de exercício, decorrente de fatores internos ou externos ao negócio da Companhia, conforme premissas do IAS 36. As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios nos quais são identificados fluxos de caixa específicos segundo essa distribuição.

A Companhia não identificou evidências objetivas de "impairment" durante os testes executados em 2012; diante disso, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por "impairment".

13. IMOBILIZADO

	Saldo residual em Dezembro de 2011	Movimentações				Dezembro de 2012			
		Aquisições	Baixas	Depreciação	Outros/transferência	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Terenos	1.657	-	-	-	-	1.657	-	1.657	
Edificações (*)	14.101	-	(469)	(309)	-	14.306	(983)	13.323	2,0
Imóveis de uso	15.758	-	(469)	(309)	-	15.963	(983)	14.980	
Informática	2.186	819	(7)	(1.125)	(3)	6.068	(4.198)	1.870	25,0
Equipamentos	1.445	85	-	(351)	-	2.258	(1.079)	1.179	10,0
Móveis máq. e utensílios	2.596	37	(20)	(310)	-	3.132	(829)	2.303	10,0
Veículos	79	-	-	(18)	-	138	(77)		



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) ICMS sobre salvados

A Companhia discute judicialmente a não incidência do ICMS sobre a alienação de salvados de sinistros.

Atualmente aguarda-se o levantamento dos valores depositados judicialmente.

(vi) Contribuição Social (diferencial de alíquota - 9% para 15% da CSLL)

A Companhia questiona a legalidade e a constitucionalidade da Medida Provisória nº 413/08, que majorou a alíquota da contribuição social das instituições financeiras e seguradoras de 9% para 15%.

Com o advento da Lei nº 11.941/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débito, atualmente, aguarda levantamento de parte dos depósitos judiciais, com os benefícios previstos no programa.

(b) Provisão para processos trabalhistas:

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes no montante de R\$ 87 para os quais, com base na avaliação dos advogados (perda possível), não há constituição de provisão.

(c) Provisão para processos cíveis:

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível, cujas ações judiciais apresentam objetos diversos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, não registrados contabilmente, no montante em riscos de R\$ 4.676 para os quais, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos.

21. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 180.000, dividido em 17.990.140 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. Em 29 de agosto de 2012 foi aprovado pela SUSEP aumento de capital no montante de R\$ 30.000.

(b) Reserva de reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R\$ 93 (R\$ 97 em 2011). Esse valor está sendo considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(c) Reservas de lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2012 seu saldo era de R\$ 20.547 (R\$ 16.901 em 2011).

(ii) Reserva Estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa reserva, em cada exercício, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2012 seu saldo era de R\$ 154.214 (R\$ 134.890 em 2011). O saldo das Reservas de lucros não pode ultrapassar o saldo do Capital social.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP é imputado ao dividendo mínimo obrigatório. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 29 de outubro de 2012 e 13 de dezembro de 2012, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 18.000 (R\$ 16.000 em 2011), líquidos de imposto de renda. O JCP imputa-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos (a serem aprovados na AGO/E de 28 de março de 2013) foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Lucro líquido do exercício	72.917	59.803
(-) Reserva legal	3.646	2.990
Realização da reserva de reavaliação	93	97
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	—	385
Lucro básico para determinação do dividendo	<u>69.364</u>	<u>56.525</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>17.341</u>	<u>14.131</u>
JCP distribuído - líquido dos efeitos tributários	15.300	13.600
Dividendos propostos	2.040	531
Total de dividendos e JCP	17.341	14.131
Total por ação (R\$)	0,96	0,79

(e) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - PLA e Margem de Solvência

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Patrimônio líquido	372.826	319.949
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(1.923)	(1.970)
(-) Despesas antecipadas	(1.228)	(726)
(-) Ativos intangíveis	(440)	(557)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	369.235	316.696
Margem de solvência (I)	294.603	213.917
Capital base	15.000	15.000
Capital adicional - risco de subscrição	312.336	244.938
Capital adicional - risco de crédito	25.047	51.177
Benefício da diversificação	(11.800)	(21.982)
Total capital base + capital adicional (II)	340.583	289.133
Capital Mínimo Requerido (CMR)	340.583	289.133
Suficiência de capital	28.652	27.563

22. VARIÁÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	Dezembro de 2012		Dezembro de 2011	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(172.441)	(172.454)	(21.405)	(21.405)
Riscos vigentes não emitidos	(4.920)	(4.920)	5.344	5.344
Outras provisões	(455)	(455)	1.122	1.122
Total	(177.816)	(177.829)	(14.939)	(14.939)

23. PRÊMIOS GANHOS

Os valores dos prêmios ganhos nos principais ramos de atuação, bem como os valores de prêmios de resseguro cedidos estão assim compostos:

	2012	2011
Automóveis	813.411	787.149
Resp. Civil Facultativa	236.121	172.625
Compreensivo Empresarial	1.270	2.318
DPVAT	48.046	44.150
Vida em grupo	—	1.539
Compreensivo Residencial	2.670	2.619
Compreensivo Condomínio	—	17
Demais Ramos	84.213	44.230
Total	1.185.731	1.054.647

24. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2012		Dezembro de 2011	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Automóveis	602.579	74,1	596.105	75,7
Resp. Civil Facultativa	146.186	61,9	132.607	76,8
Veículos	297	23,4	316	13,6
Compreensivo Empresarial	42.234	87,9	38.416	87,0
DPVAT	475	17,8	631	24,1
Compreensivo Residencial	(26)	—	41	241,2
Compreensivo Condomínio	68.766	81,7	52.151	117,9
Demais Ramos	860.511	72,6	820.267	77,8

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

A amortização dos custos de aquisição é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2012		Dezembro de 2011	
	Custos de comissão-aquisição (%)	Índice de aquisição (%)	Custos de comissão-aquisição (%)	Índice de aquisição (%)
Automóveis	170.473	21,0	168.488	21,4
Resp. Civil Facultativa	43.047	18,2	32.445	18,8
Veículos	381	30,0	584	25,2
Compreensivo DPVAT	707	1,5	643	1,5
Compreensivo Residencial	1.093	40,9	1.113	42,5
Residencial Condomínio	—	—	3	17,6
Demais Ramos	15.808	18,8	9.430	20,3
Total	231.509	19,5	212.706	20,2

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Consórcio DPVAT	171	2.843
Custo de serviços (*)	44.530	43.322
Outras	995	1.453
Total de outras receitas	45.696	47.618
Despesas com cobrança	(4.716)	(3.998)
Comissão sobre custo de apólices	(15.835)	(19.268)
Despesa administração apólices	(12.789)	(8.496)
Encargos sociais de operações com seguros	(5.142)	(4.912)
Prevenção de riscos	(25.580)	(20.607)
Convênio DPVAT	(2.768)	(2.570)
Contingências cíveis	(2.975)	(2.318)
Remuneração sobre cobrança assistência	(13.168)	(11.679)
Outras	(1.642)	(6.089)
Total de outras despesas	(84.615)	(79.937)
Outras receitas e despesas operacionais	(38.919)	(32.319)

(*) São representados pelo excedente entre o recebimento e repasse em fluxo de caixa nas operações de serviços complementares de assistência de vidros, faróis e lanternas.

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Pessoal	(31.890)	(29.153)
Serviços de terceiros	(4.804)	(4.787)
Localização e funcionamento(*)	(73.583)	(39.281)
Convênio DPVAT	(2.699)	(2.934)
Outras	(5.443)	(5.852)
Total	(118.419)	(82.007)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro.

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
COFINS	(20.244)	(19.667)
PIS	(3.290)	(3.196)
Taxa de fiscalização	(2.283)	(2.283)
Outros	(278)	(263)
Total	(26.095)	(25.409)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Ganhos líquidos de variação de valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	74.708	75.274
Receita de juros de:		
Fracionamento de prêmios de operações de seguros	50.170	47.162
Variáveis monetárias dos depósitos judiciais	1.607	2.513
Outras	5.152	4.732
Total de receitas financeiras	131.637	129.581
Variáveis monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(1.638)	(1.611)
Operações de seguro	(3.916)	(4.852)
Variável monetária contingência cível	(3)	(180)
Outras	(597)	(658)
Total de despesas	(6.154)	(7.301)
Outras receitas e despesas operacionais	125.483	122.380

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Plano de previdência complementar

Em maio de 2007, a Companhia implantou um plano de previdência complementar para os empregados, na modalidade de contribuição definida, e administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência, entidade aberta de previdência complementar.

Nos termos do regulamento desse plano, os principais recursos são representados por contribuições de sua patrocinadora e participantes, bem como pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 2% e 8% do salário de cada participante e a contribuição da patrocinadora corresponde a 2% do salário fixo do participante.

Em dezembro de 2012, a Companhia contava com 143 (142 em dezembro de 2011) participantes ativos para o qual efetuou contribuições no total de R\$ 20 (R\$ 17 em dezembro de 2011).

(b) Benefícios pós-emprego

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Saldo inicial	1.418	1.069
Custo do serviço corrente	110	362
Custo de juros	195	—
Benefícios pagos	—	(13)
Ganhos (perdas) atuariais	12	—
Saldo final	1.735	1.418

Os valores de benefícios pós-emprego reconhecidos na demonstração do resultado em 2012 foram de R\$ 317 (R\$ 283 em 2011).

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas em 31 de dezembro de 2012 foram as seguintes:

Taxa de desconto das obrigações (ao ano)	8,70%
Aumento salarial futuro (ao ano)	7,64%
Aumento dos custos médicos (ao ano)	8,68%
Taxa real de crescimento dos custos médicos por idade	2,00%
Taxa de inflação de longo prazo	4,50%
Taxa de variação anual da TR	4,55%
Capital segurado de vida	R\$ 29,0

(c) Outros benefícios

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Vales-alimentação e refeição	4.221	3.941
Assistência médica	2.345	1.947
Vale-transporte	542	494
Instrução	359	344
Auxílio-creche	201	178
Planos de previdência privada	182	164
Seguros	396	402
Outros	251	242
Total	8.497	7.712

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais entre a Companhia e as empresas do Conglomerado Porto Seguro são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são decorrentes, principalmente, de repasses de custos administrativos com localização e funcionamento.

(i) Passivo

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Passivo		
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	8.189	8.319
Total	8.189	8.319

(ii) Resultado

	Dezembro de 2012		Dezembro de 2011	
	Despesas	Total	Despesas	Total
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	103.171	103.171	78.331	78.331
Total	103.171	103.171	78.331	78.331

(iii) Remuneração do pessoal-chave da administração

Transações com pessoal-chave da administração, remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Participação nos lucros - administradores	8.102	6.645
Honorários de diretoria e encargos	1.436	1.344
Total	9.538	7.989

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que abrange, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em valores, é assim demonstrada:

Itens	Tipo de segurança	Importância segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	48.312
Veículos	Responsabilidade civil facultativa	3.600

(b) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do conglomerado Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o conglomerado.

(c) Composição acionária

	Ações	%
Azul Companhia de Seguros Gerais		



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.		Ações		%		Total		4.800		100,00	
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	706.169.365		66,53								
Cia. E. Johnston de Participações	355.227.092		33,47								
Total	1.061.396.457		100,00								
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.		Ações		%		Total		758.182.902		100,00	
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	351.293.020		7,25								
Ana Lucia de Mattos Barretto Villela	351.325.906		7,25								
Fundação Itaú Social	210.660.574		4,35								
Fundação Petrobrás Seg. Social - PETROS	262.210.842		5,41								
Rudric ITH S.S	238.257.961		4,92								
Outros	3.433.711.444		70,84								
Total	4.847.459.747		100,00								
Cia. E. Johnston de Participações		Ações		%		Total		500		100,00	
Fernando Roberto Moreira Salles	1.200		25,00								
João Moreira Salles	1.200		25,00								
Pedro Moreira Salles	1.200		25,00								
Walther Moreira Salles	1.200		25,00								

rização e funcionamento e sobre planos corretivo e de recuperação do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais;

• Resolução nº 283/13: Dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais;

• Resolução nº 284/13: Dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de subscrição das sociedades de capitalização;

• Circular nº 462/13: Dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.

A Companhia avalia os potenciais impactos causados pelas normas descritas e está preparada para as novas exigências de capital decorrentes destas normas.

DIRETORIA

JAYME BRASIL GARFINKEL Diretor Presidente	FÁBIO LUCHETTI Diretor Vice-Presidente Executivo	MANOEL SABINO NETO Diretor	SIDNEY MAURY SENTOMA Diretor Administrativo e Financeiro	LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Jurídico
	LUIZ ALBERTO POMAROLE Diretor	ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Geral	FÁBIO OHARA MORITA Diretor Técnico	
JOEL GARCIA - Atuário MIBA nº 1131		JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR - Contador CRC RJ 068029/O-9		

PARECER ATUARIAL

Aos Acionistas e Administradores da Azul Companhia de Seguros Gerais:

(1) Realizamos a avaliação atuarial do exercício de 2012, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004, para as operações de Seguros e Previdência da Azul Companhia de Seguros Gerais.

(2) Nossos trabalhos foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e compreenderam avaliar a capacidade da Companhia em cumprir os compromissos assumidos, passados e futuros, com os segurados. Foram avaliadas as provisões técnicas constituídas, bem como as movimentações nas carteiras durante o ano de 2012, considerando o regime de competência atuarial. As metodologias utilizadas foram avaliadas por meio de testes de consistência.

(3) Assim, a avaliação atuarial, referida no parágrafo (1), mostrou que as provisões técnicas apresentam-se adequadas em todos os aspectos relevantes às práticas atuariais aplicáveis, não sendo necessária constituição de Provisão de Insuficiência de Prêmios. A solvência da companhia foi reforçada pelos resultados dos Testes de Adequação de Passivos (TAP) realizados conforme o disposto na Circular SUSEP nº 457/2012.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013

Joel Garcia
Atuário MIBA nº 1131

Fábio Ohara Morita
Diretor Técnico

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Azul Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de

em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 25 de fevereiro de 2012, o qual não conteve ressalvas.

Os valores mencionados acima sofreram reclassificações descritas na Nota 2.1.1. Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também as reclassificações que foram efetuadas para alterar as informações contábeis constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. Com base em nosso exame, nada chegou ao nosso conhecimento de que tais reclassificações não sejam apropriadas ou não foram corretamente efetuadas, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes às cifras de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as informações contábeis daquele exercício tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8 S/RJ

Deloitte.

Id: 1452765

CAL NORTE NORDESTE S.A.

CNPJ nº 14.159.003/0001-87 - NIRE 33.3.0029914-9

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2012. Data, hora e local: No dia 18 de dezembro de 2012, às 15:00 horas, na sede da Companhia, na Av. Borges de Medeiros, 633, sala 308, parte, Leblon, CEP 22430-041, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Presidente: Marcos de Azevedo Ferreira França. Secretário: Gilberto Cipriano. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) a consignação da integralização de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações subscritas e pendentes de integralização pela acionista Lhoist do Brasil Ltda.; (ii) a consignação da integralização de 1.500.000 ações subscritas e pendentes de integralização pela acionista Fiabe Empreendimentos Ltda.; (iii) aumento do capital social da Sociedade e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social. **Deliberações:** instalada a Assembleia, foram aprovadas por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) A acionista Lhoist do Brasil Ltda. neste ato integraliza, em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 1.500.000,00 do capital da Sociedade, subscrito e pendente de integralização, conforme evidenciado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 24 de novembro de 2011, correspondendo a 1.500.000 ações da Sociedade. (ii) A acionista Fiabe Empreendimentos Ltda. neste ato integraliza, em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 1.500.000,00 do capital da Sociedade, subscrito e pendente de integralização, conforme evidenciado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 24 de novembro de 2011, correspondendo a 1.500.000 ações da Sociedade. (iii) As acionistas aprovaram o aumento do capital social da Sociedade, que passa dos atuais R\$ 10.000.000,00 para R\$ 37.300.000,00 operando-se o aumento, valor de R\$ 27.300.000,00, mediante a emissão de 27.300.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, em tudo idênticas às ações já existentes as quais são integralmente subscritas pelas acionistas Lhoist do Brasil Ltda. e Fiabe Empreendimentos Ltda. e parcialmente integralizadas, no valor de R\$ 8.300.000,00 referentes a 8.300.000 ações, pela capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), datados de 11 de maio e 05 de novembro de 2012, conforme indicado a seguir e nos termos dos boletins de subscrição anexos à presente ata (**Anexos I e II**): (a) 13.650.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 13.650.000,00 são subscritas pela acionista Lhoist do Brasil Ltda., sendo que são parcialmente integralizadas 4.150.000 ações, no valor de R\$ 4.150.000,00, restando 9.500.000 ações a integralizar no valor de R\$ 9.500.000,00; (b) 13.650.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 13.650.000,00 são subscritas pela acionista Fiabe Empreendimentos Ltda., sendo que são parcialmente integralizadas 4.150.000 ações, no valor de R\$ 4.150.000,00, restando 9.500.000 ações a integralizar no valor de R\$ 9.500.000,00. Em função do aumento de capital ora aprovado, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que pas-

sa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 5º O capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R\$ 37.300.000,00, dividido em 37.300.000 ações ordinárias, todas as quais estão registradas, sem valor nominal e se encontram em circulação com idênticos direitos, sendo que R\$ 18.300.000,00 correspondentes a 18.300.000 ações ordinárias já se encontram integralizados, restando R\$ 19.000.000,00 correspondentes a 19.000.000 de ações ordinárias a integralizar."** Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2012. Mesa: Marcos de Azevedo Ferreira França - Presidente; Gilberto Cipriano - Secretário. Arquivada na Jucerja sob nº 2439061em 07/02/2013. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1452669

SIEMENS LTDA.

CNPJ nº 44.013.159/0001-16

NIRE nº 35 2 1408900 1

EXTRATO DA 43ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL, EM 06/11/2012. Entre os abaixo assinados, **Siemens International Holding B.V., sociedade limitada holandesa**, registrada no Registro de Comércio e Indústria de Haaglanden sob nº 27.044.420, sediada em Prinses Beatrixlaan 800, na cidade de 2595BN's - Gravenhage, na Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.981.528/0001-02, neste ato representada por seu bastante procurador, **Dr. Tercio Sampaio Ferraz Junior**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.608.004 SSP/SP, OAB/SP sob nº 16.854, inscrito no CPF/MF nº 254.322.498-04, com escritório na Praça das Guianas, nº 92 - Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01428-030, cuja procuração encontra-se anexa à presente; e; **Siemens Aktiengesellschaft, sociedade devidamente constituída e existente sob as leis da República Federal da Alemanha**, registrada no Registro de Comércio do Tribunal de Primeira Instância de Munique sob nº HRB 6684, sediada nas Cidades de Berlin e Munique, inscrita no CNPJ sob nº 05.721.156/0001-85, neste ato representada por seu bastante procurador, **Umberto Celli Junior**, acima qualificado, cuja procuração encontra-se anexa à presente; únicas sócias componentes da sociedade empresária limitada **Siemens Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, na Av. Mutinga, 3800, Pirituba, CEP 05110-902, com Contrato Social arquivado na JUCESP sob nº NIRE 35 2 1408900 1, em sessão de 14/10/1996, e última alteração contratual, datada de 05/09/2012, devidamente arquivada na JUCESP sob nº 400.958/12-0, em sessão de 18/09/2012. Resolvem de pleno e comum acordo: I - **Aprovação do Protocolo e Justificação para Incorporação da Siemens Serviços em Equipamentos Submarinos Ltda. pela Siemens Ltda.** - Após leitura, exame e discussão, as sócias, por unanimidade, aprovaram sem restrições os termos e condições do **Protocolo e Justificação para Incorporação da Siemens Serviços em Equipamentos Submarinos Ltda. pela Siemens Ltda.** - Após leitura, exame e discussão, as sócias, por unanimidade, aprovaram sem restrições os termos e condições do **Protocolo e Justificação para Incorporação da Siemens Serviços em Equipamentos Submarinos Ltda. pela Siemens Ltda.**, firmado pelas administrações de ambas as sociedades nesta mesma data, nos termos da legislação vigente, que passa a fazer parte integrante deste instrumento como o seu **Anexo I**.

Id: 1452620